



CAPÍTULO 17

MONITORAMENTO DE COVID-19 ATRAVÉS DE BOLETINS TÉCNICOS NA RETOMADA DOS TERRITÓRIOS TRADICIONAIS INDÍGENAS NO LITORAL SUL DO RS

DOI: <http://dx.doi.org/10.18616/planar17>

Marlon Borges Pestana

VOLTAR AO SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

O município de Rio Grande enfrenta um cenário difícil na pandemia por covid-19. Passa de mil casos confirmados e mais de cinquenta óbitos após aproximadamente 150 dias de regime de afastamento social desde o mês de março. Serão trazidas informações sobre a situação das aldeias e famílias indígenas residentes no município dentro do cenário de pandemia, procurando relatar e registrar atividades, ações realizadas por órgãos públicos e da sociedade civil, os impactos no modo de vida, tradições e cultura dos Povos Originários. Os dados relatados compreendem aos meses de maio, junho e julho de 2020 e foi elaborado em parceria da Prefeitura Municipal do Rio Grande, Universidade Federal do Rio Grande e Conselho Municipal dos Povos Indígenas.

A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para os Povos Indígenas mantém as atividades do Plano Municipal de Prevenção à covid-19 nas aldeias. Com dois eixos principais, as ações são direcionadas para a manutenção da segurança alimentar, tendo em vista que a principal fonte de subsistência das aldeias e de renda para compra de alimentos é a venda do artesanato. As ações de educação para prevenção ao contágio consideram o modo de vida tradicional dos Povos Indígenas, que é coletivo. As ações de segurança alimentar foram construídas em rede e articuladas pela Coordenadoria Municipal, Comitê Intersetorial de Políticas Indigenistas da Prefeitura, do Conselho Municipal dos Povos Indígenas e de apoiadores de instituições públicas e da sociedade civil em uma rede de solidariedade. Formam-se redes de apoio para o fornecimento de cestas básicas, alimentos perecíveis e proteína animal.

As atividades de educação para prevenção ao contágio e as orientações para uso correto de álcool gel 70% e máscaras faciais tiveram a parceria no fornecimento dos EPIs pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG e Central Única dos Trabalhadores – Litoral Sul. As atividades foram desenvolvidas por uma equipe técnica, composta por uma técnica de enfermagem e uma educadora social orientadas pelo Programa Municipal de Saúde Indígena

da Secretaria de Município da Saúde. Nesse período foram registradas mobilidades sociais nas populações aldeadas e identificadas as necessidades das famílias dos estudantes indígenas da Universidade residentes no município. Foram realizados acompanhamentos hospitalares, articulação com os órgãos estaduais e federais. Também foram desenvolvidos projetos de geração de renda e melhoria nas moradias.

POPULAÇÃO INDÍGENA RESIDENTE: ASPECTOS GERAIS, MOBILIDADE E SITUAÇÃO ATUAL

Residem, atualmente, no município de Rio Grande, vinte e nove famílias indígenas distribuídas em três aldeias, além de duas famílias em meio urbano. No Tekoá Pará Rokê da etnia Mbyá-Guarani liderada pela Cacique Talcira Gomes, residem dezessete famílias e aproximadamente setenta pessoas, sendo vinte delas crianças. No Tekoá Yyrembé da etnia Mbyá-Guarani liderada pelo Cacique Eduardo Ortiz, o núcleo familiar é composto por seis pessoas. A Aldeia Goj Tanh da etnia Kaingang e liderada pelo Cacique Cláudio Ka Peni Leopoldino conta hoje com nove famílias e aproximadamente vinte e quatro pessoas. As duas famílias de estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande, que residem em meio urbano, somam o total de cinco pessoas. Assim, mais de uma centena de indígenas residem no município e sofrem diretamente os impactos da pandemia.

Durante os primeiros meses de pandemia, ficou claro o impacto do isolamento social no aspecto da geração de renda, tendo em vista que a venda de artesanato é a principal fonte de renda dos indígenas assentados no município. Mas, outro aspecto que se mostrou bastante importante foi a necessidade de promover o isolamento social e a maneira como isso afeta o modo de vida comunitária dos povos indígenas, com sua prática de trocas de matérias-primas e conhecimentos, variação na frequência das visitas e a mobilidade tradicional entre os territórios.

No Tekoá Pará Rokê, foram registradas situações de trânsito e troca de materiais e saberes para a construção da Opy, casa de reza e ponto de proteção para os Mbyá-Guarani.

No território Goj Tanh, sediado no horto do Cassino, foi relatado pela liderança que muitas aldeias onde moram seus parentes se encontram em situação precária, com registro de falta de alimentos e água. Assim, justificam a mudança de residência dos familiares para a aldeia.

O censo da Secretaria Especial de Saúde Indígena, órgão ligado ao governo federal e responsável pelo fornecimento de dados do Censo População Indígena, é realizado semestralmente. Em janeiro de 2020, o censo indicava que vinte famílias indígenas assentadas residiam em Rio Grande. No mês julho de 2020, a Coordenadoria registra, a partir de dados fornecidos pelas lideranças, vinte e sete famílias, ou seja um aumento significativo. Somando as famílias dos estudantes indígenas, o total chega a vinte e nove famílias, o que representa um aumento de 45,0% no número de famílias indígenas residentes no município.

ALIMENTAÇÃO: ESTRATÉGIAS PARA A MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

A manutenção da Segurança Alimentar para as famílias indígenas é um dos grandes desafios dos povos originários num cenário de pandemia. Com a proibição das atividades de comércio e artesanato, as famílias se distanciaram de sua principal fonte de renda e aquisição de alimentos. Através da Rede Acolher a Prefeitura Municipal firmou convênio de doação de cestas básicas com a Refinaria Riograndense no primeiro trimestre e no segundo trimestre com a empresa Granel Química.

Figura 1: Segurança alimentar: lideranças do Tekoá Yyrembé recebem alimentos no



Fonte: Luiz Henrique Carvalho Silva e Eduardo Ortiz

A parceria compreende a doação total de duzentas e oitenta e sete cestas básicas em seis meses, sendo duas mensais por família. Com alimentos básicos garantidos, ficou evidente a necessidade de fornecer alimentos perecíveis, verduras, legumes, leite e proteína animal, até que se restabeleça a autonomia alimentar. Por meio de decreto municipal, as doações direcionadas às aldeias deveriam ser acompanhadas pela coordenadoria, a fim de atender aos protocolos de higiene. As pessoas que entraram em contato para saber

como colaborar com as aldeias, em geral ou de alguma forma específica, foram direcionadas para grupos no WhatsApp, criados para cada aldeia, onde, de forma autônoma, os integrantes se organizam e fornecem os alimentos para complementar a nutrição.

Outras atividades fazem parte desta rede natural de solidariedade que a sociedade riograndina formou em cooperação aos Povos Indígenas. Em junho, o Grupo de Motociclistas Guardiões da Estrada de Rio Grande fez uma campanha de arrecadação de alimentos; e foram doados mil e duzentos quilos de alimentos em cestas básicas, além de verduras, legumes, alimentos tradicionais como banha, farinha de milho e canjica e proteína animal. Em julho, os artistas locais Possidônio Tavares e Everton Luís realizaram uma *Live Cultural*, com temática junina, e arrecadaram dez cestas básicas, doadas à aldeia Kaingang Goj Tanh.

O trabalho em rede com órgãos estaduais e federais garantiu o acesso das famílias Mbyá-Guarani às cestas básicas da Fundação Nacional do Índio, através de parceria para transporte, e do Conselho Estadual dos Povos Tradicionais do Pampa, numa articulação da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para os Povos Indígenas. As aldeias indígenas estão na lista de instituições cadastradas no Programa Mesa Brasil SESC. Além da doação de cento e vinte quilos de leite em pó, o programa doou duzentos quilos de peixe, contemplando todas as famílias indígenas cadastradas residentes no município.

GERAÇÃO DE RENDA NA PANDEMIA: MÁSCARAS FACIAIS

Diante do cenário de proibição de atividades de comércio dos artesanatos, foi necessário adaptar a fonte de renda das famílias assentadas. Através do patrocínio de um grupo de professores, foram confeccionadas e distribuídas cem máscaras faciais na cor branca, em algodão, e canetas para pintura em tecido na cor preta. Os indígenas customizaram as máscaras com grafismos, desenhos e palavras da sua cultura e língua. A comercialização das máscaras gerou renda direta para os artesãos.

MORAR BEM KAINGANG: MELHORIAS NAS MORADIAS DA GOJ TANH

As casas da aldeia Kaingang Go TANH não possuem revestimento interno. Assim, nos dias de baixa temperatura, o frio entra pelas frestas e deixa o ambiente gelado. Visando melhorar as condições de vida e proteger a saúde dos indígenas, foi lançada uma campanha denominada “Casa Quentinha” para a arrecadação de caixas descartadas de leite. O grupo “Engenheiros Sem Fronteiras” se uniu à ideia e doou mantas confeccionadas com caixas de leite, oferecendo também o apoio técnico e empréstimos de ferramentas. Devido ao cenário de pandemia, não foi possível realizar um mutirão com os integrantes do grupo, então a engenheira coordenadora do Núcleo Rio Grande, Sra. Carmem, ministrou oficina e capacitou os indígenas para a atividade. Foram forrados mais de cento e vinte metros quadrados de paredes internas. Todas as moradias serão forradas e o projeto se estenderá para as outras aldeias.

ACOLHIMENTO YREMBÉ

Os indígenas do Tekoá Yyrembé residem no município de Rio Grande desde 2016. Sua trajetória é marcada por desafios e, durante o cenário pandêmico, a população não foi poupada. Desde 2018, a comunidade indígena está instalada na Fazenda Invernada Campeira, contando com o apoio de um casal de amigos que arrendava o local. Com o falecimento do fazendeiro, em março deste ano, a situação da comunidade ficou bastante sensível. As proprietárias da fazenda não se manifestaram positivamente para a permanência dos indígenas em suas terras e, sentindo-se coagidos, uma parte da população se deslocou para aldeia de parentes na Argentina, restando o cacique e seu núcleo familiar. Segundo o cacique Eduardo, por motivos culturais e espirituais, mantiveram-se em Rio Grande, pois disso depende a saúde de sua família. Tendo em vista a situação, o Conselho Municipal dos Povos Indígenas, o Ministério

Público Federal e a Prefeitura Municipal do Rio Grande, somados a membros da sociedade civil, deram início ao Acolhimento Yyrembé, uma verdadeira operação para garantir a dignidade da vida e a segurança dos indígenas em cenário de notória emergência.

Figura 2: Local de moradia provisória dos Mbyá Guarani Yyrembé.



Fonte: Eduardo Ortiz.

A prefeitura disponibilizou um espaço que precisa de reformas, localizado no Camping Municipal do Cassino. Com a emergência da situação, o cacique Eduardo decidiu fazer a mudança antes da reforma necessária no imóvel. A moradia em alvenaria tem cinco cômodos, sendo dois quartos, sala, banheiro e cozinha (figura 2). Está em estado razoável e precisa de reformas, principalmente no telhado. Em caráter emergencial, foi disponibilizado um banheiro químico (figura 3b). Através de ação da sociedade civil, em parceria com o Conselho Municipal dos Povos Indígenas, foi realizada uma arrecadação de dinheiro para a compra de poste de energia elétrica, já está instalado e com fornecimento de energia da CEEE.

Figura 3: Instalação de posto e rede de energia elétrica para abastecimento da comunidade indígena Yyrembé.



Fonte: Eduardo Ortiz.

O poder público municipal efetuou reformas na rede elétrica da moradia, com fiação nova, instalação de chuveiro elétrico, manutenção e reforma no banheiro da residência, reparos na rede hidráulica, instalação de torneiras, apoio técnico para instalação do poste e fiação subterrânea para evitar furtos. Para a melhoria das condições de saúde e qualidade de vida, está em fase de elaboração, no Gabinete de Programas e Projetos Especiais – GPPE, o projeto que prevê a reforma total do telhado da moradia e, quando finalizado, será encaminhado ao Ministério Público Federal para captação de recursos.

Figura 4: Cacique Eduardo recebendo provimentos alimentares e sanitários.



Fonte: Luiz Henrique Carvalho Silva.

Com a mudança das famílias Mbyá-Guarani e territorialização do Tekoá Yyrembé no Camping Municipal, foram iniciadas novas trilhas ecológicas, construção de casas tradicionais e dedicação à confecção de artesanato. O espaço é bastante propício ao isolamento social da comunidade, permitindo que exista um distanciamento da sociedade periférica do Tekoá. Essa medida é importante para a preservação da comunidade dos impactos da covid-19.

FALA DAS LIDERANÇAS

O Laboratório de Desenvolvimento Rural e Cultura do Campo da Universidade Federal do Rio Grande – FURG/SLS, por meio do observatório das comunidades tradicionais, elaborou um questionário para identificar e tipificar os riscos e exposições sociais a que cada indivíduo (e a comunidade) esteja exposto. Este questionário visa escutar as lideranças indígenas e sua comunidade para afinar as atividades de extensão para desenvolvimento de projetos que previnam e evitem a disseminação da covid-19 nos territórios indígenas no município de Rio Grande. Eis o questionário que terá sua análise e respostas divulgadas numa próxima publicação, inclusive com os gráficos de análise:

Questionário

Nome indígena (opcional): _____

Comunidade indígena: _____

Data: ____/____/____.

Marque com um “X”

1. Considerando o **medo** da comunidade indígena do atual quadro de pandemia covid-19:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo
2. Considerando o auxílio sanitário de órgãos públicos:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo
3. Considerando a chegada de recursos públicos, tipo alimentos, higiene, limpeza, agasalhos e roupas de cama para o combate da covid-19 sem precisar sair do território de moradia da comunidade:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo
4. Com relação a doações da iniciativa privada e de particulares:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo
5. Considerando a ameaça da pandemia, como a comunidade considera o risco de contágio através da visita de não-indígenas:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo
6. Como é a atenção prestada pela unidade básica de saúde próxima da comunidade indígena:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo
7. Considerando o risco de impacto na saúde mental, instabilidade emocional e tradição cultural:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo

8. Considerando a covid-19 uma doença de branco, como é considerado o grau de contágio e contaminação no território indígena com relação à vizinhança:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo
9. Considerando a prevenção e o cuidado de proteção contra o vírus dentro do território indígena entre os indígenas:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado /altíssimo
10. Considerando o grau de preocupação dos ancestrais e espíritos encantados sobre o contágio e morte dentro do território:
() nenhum () pouco () médio () muito () elevado/altíssimo

Este questionário foi desenvolvido através das orientações do Ministério da Saúde (2020) contidas na cartilha publicada pela FIOCRUZ intitulado “Povos Indígenas no contexto da covid-19”. A cartilha é de fundamental importância para pensar o impacto da pandemia nos termos indígena.

O objetivo deste estudo busca informar a comunidade riograndina sobre os impactos da pandemia de covid-19 nas comunidades indígenas assentadas no município do Rio Grande. O presente registro objetiva proporcionar acesso aos dados da Secretaria Municipal de Saúde, bem como aos documentos da Sesai. Os monitores da saúde pública auxiliaram nos dados de impacto, como também na busca de alternativas pertinentes no contingenciamento de casos. Dessa forma, pretende-se obter o sucesso na orientação das atividades, de acordo com as limitações de acesso aos territórios tradicionais, de modo a manter a preservação do ambiente.

As pesquisas promoveram o auxílio e a orientação de procedimentos junto aos monitores da saúde pública para a proposição de ações junto à gestão municipal na elaboração de ações voltadas às comunidades tradicionais (oficinas de saúde Indígena, desenvolvimento pedagógico através de atividades remotas etc.). Ao programar a diversidade de discursos de sanitização,

através de pesquisa científica, proporcionar-se-á o exercício da cidadania e dos direitos humanos, fundamentais nas comunidades tradicionais indígenas do município de Rio Grande.

A pesquisa que resultou neste artigo teve como meta trabalhar as respostas culturais frente à pandemia, seja elas de cunho material ou imaterial, através de atividades de levantamento de dados. Tal pesquisa tem por finalidade amplificar caracteres de identidade cultural do sujeito coletivo nas regiões de ação direta da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Existem inúmeras metodologias que fomentam e reforçam a segurança da diversidade cultural das comunidades tradicionais indígenas, no enfrentamento ao coronavírus. Por esse motivo, este artigo quer se propor a ser uma importante ferramenta para o monitoramento da pandemia nos territórios indígenas, no município de Rio Grande-RS.

Como já mencionado, sobre as comunidades indígenas em Rio Grande, a saber: Tekoá Pará Rokê (Guarani), Goj Tahn (Kaingang) e Tekoá Yy Rembé (Mbyá Guarani). Estes territórios indígenas estão assentados nas localidades de Domingos Petrolina, Horto Municipal do Cassino e Palma, respectivamente. Para além das referidas ocupações, situadas nos limites de Rio Grande, a diversidade de saberes e fazeres encontra-se ameaçada frente ao processo pandêmico, predominantemente entre o componente cultural indígena, que também está concentrado nas proximidades das rodovias BR-392 e BR-116.

JUSTIFICATIVA

O estudo se justifica pela necessidade de proporcionar maior interação e circulação de informações entre comunidades tradicionais indígenas, agentes municipais de saúde e o corpo acadêmico da FURG. Nesta perspectiva, buscará promover o acesso às informações atualizadas e a documentos referentes ao impacto da covid-19, nas comunidades indígenas de Rio Grande.

Os monitores (agentes da saúde pública) auxiliarão na leitura e no acesso ao observatório cultural e sanitário, acerca do avanço da covid-19. O auxílio e a orientação sobre o avanço e o enfrentamento à doença se darão através desta pesquisa técnica, por meio de informações repassadas pela Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas, para os Povos Indígenas e a Secretaria Municipal de Saúde. O estudo foi desenvolvido de forma periódica, por docentes da universidade.

O trabalho de monitoramento servirá, dentro do campo da Extensão Rural Indígena e da Educação das comunidades tradicionais indígenas, como guia de orientação para políticas públicas específicas de saúde desses povos. Nesse escopo, entende-se saúde integral, comportando aspectos físicos e materiais biológicos, além de elementos psicossociais. Nesse caso, serão observados e informados os resultados da pandemia de covid-19 na cultura e no comportamento social indígena. Entre eles, o aumento do medo/pânico/ansiedade; violência e ataques contra mulheres, crianças, idosos e adolescentes e a alteração de transtornos da afetividade e outros.

Ao programar a observação da diversidade dos recursos do patrimônio cultural e da saúde, a variedade dos discursos acerca da pandemia buscará promover a cidadania e o fortalecimento dos direitos fundamentais das comunidades tradicionais indígenas no município. O estudo também se justificou pela ampla necessidade de aglutinação e socialização cultural entre indígenas, a comunidade acadêmica e os gestores municipais. Existem dezenas de famílias nas terras indígenas (TIs); porém, é notável o distanciamento que algumas unidades da mesma matriz cultural têm das outras, e do fomento público que abrange a saúde em seu território.

Com essa ferramenta informativa, será possível monitorar as comunidades tradicionais, através de boletins técnicos por meio da metodologia participativa remota da Extensão Rural. O uso da visão etnográfica da metodologia se justifica pela necessidade de perceber protagonistas indígenas na sua diversidade, incluindo suas percepções sobre crises epidemiológicas de diferentes matrizes cosmológicas. É o olhar etnográfico, desenvolvido

pelo Laboratório de Desenvolvimento Rural e Cultura do Campo (LEdoC/FURG/SLS), que permitirá o refinamento das análises do observatório de combate ao avanço da pandemia, nas comunidades indígenas de Rio Grande (FUNASA, 2006).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Adota-se como base teórica para a confecção desta pesquisa a visão de monitoramento da saúde indígena, proposta e organizada pela cientista Esther Langdon (2006), que promove um olhar diferenciado diante da cultura e do direito originário dos povos indígenas (LANGDON; GARNELO, 2004). É importante, também, perceber a emergência de medicinas indígenas, que entram em conflito com os discursos sanitários oficiais da sociedade nacional (FERREIRA, 2010). Nesse sentido, é útil ressaltar e aplicar um quadro teórico que priorize o significado de uma pandemia para o contingente indígena, tema já explorado em pesquisas anteriores sobre o HIV (WILK, 2001).

Teoricamente, ainda não existe um panorama que aborde os impactos da pandemia de covid-19 nas comunidades indígenas do país, apesar de terem sido observadas ocorrências da moléstia em populações amazônicas manauaras e de povos originários do cerrado. Significa que a ingerência sobre termos de saúde indígena ainda está nos moldes sugeridos pelo Ministério da Saúde, em relação aos povos indígenas (BRASIL, 2002).

Agora, mais do que nunca, faz-se necessário um diálogo interdisciplinar, na implantação de distritos sanitários (ATHIAS; MACHADO, 2001). Tal distrito, representado pelo Conselho Municipal de Saúde Indígena, emite, periodicamente, boletins técnicos para informar as diretrizes sanitárias. Assim, evitar-se-ia a proliferação infectante de novos patógenos entre populações fisicamente vulneráveis e, ainda, não imunes a novos agentes virais externos.

Para que os profissionais da saúde possam ter uma melhor fluidez na aplicação de suas políticas sanitárias, direcionadas para populações indígenas,

é necessário, primeiramente, ouvi-las. E, posteriormente, construir modelos que foquem na cultura para estabelecer uma dialogicidade capaz de ser respeitada e considerada com empatia; por isso, o local da cultura é fundamental para formar o quadro teórico da emissão dos boletins (BHABHA, 2005). Sabe-se, no entanto, que a ação externa é sempre vista com certo pessimismo escatológico, visto que o vetor transmissor é, *a priori*, o contingente não indígena. Para isso, Marshal Sahllins (1997) orienta sobre as diferentes ciladas da experiência etnográfica; principalmente, por se tratar de uma cultura dinâmica, com velocidades distintas de assimilação do “moderno”, avançando pelo campo espiritual e semântico, que gera sempre novos códigos de significação.

Provavelmente, esse fenômeno de significação semântica sobre o avanço da covid-19 já aconteceu, com a chegada das primeiras notícias da pandemia na aldeia. A questão, inclusive, está gerando um aumento significativo da mobilidade dos contingentes internos e externos da população. Essa alta na mobilidade foi observada em importante estudo, que ocorre sempre quando existe a previsão escatológica de algum xamã local (GARLET, 1997). A Organização Mundial da Saúde publicou, em 2002, suas estratégias sobre a medicina tradicional (OMS, 2002), buscando o diálogo com os “médicos-feiticeiros” das comunidades envolvidas. Isso porque sua visão sobre a doença não envolve apenas o corpo físico, mas vários outros “corpos”, que também são responsáveis pelo adoecimento da matéria orgânica.

Como quadro teórico de ação e aproximação, durante o decorrer da publicação dos boletins, serão usados os aportes teórico-metodológicos da Extensão Rural Indígena (VERDUM; ARAÚJO, 2010) desenvolvidos a nível nacional, aplicados em outros momentos de crise sanitária (H1N1, Dengue, Zika, Chikungunya), que resultaram numa das mais importantes obras sobre saúde indígena, realizada pela FIOCRUZ, e que até hoje é o marco sobre ações de saúde pública entre povos indígenas do Brasil (SANTOS; COIMBRA, 1994). Esse, portanto, é o quadro teórico e a fundamentação científica necessária para a realização do monitoramento das comunidades tradicionais indígenas, no município de Rio Grande, que se farão presentes e necessárias durante a publicação dos boletins técnicos.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta de pesquisa chama-se “observatório da saúde indígena” e tem como principal atividade a publicação de informativos técnicos que relatam o avanço da pandemia de covid-19 nas comunidades tradicionais indígenas da cidade do Rio Grande. O método tem como ferramenta a dialogicidade intercultural e conta com agentes de saúde da prefeitura municipal para a coleta de dados sobre a situação sanitária de cada contingente populacional indígena, assentado no território municipal (FERREIRA, 2010). Num primeiro momento, analisar-se-á o resultado do diálogo anterior sobre aspectos básicos dos riscos de contaminação, acompanhado de um escopo de “como” os indígenas, através do seu direito originário, percebem a pandemia.

Esse mecanismo metodológico é importante para compreender o “quanto” as comunidades estão cerceadas por pânico, visto que, historicamente, foram dizimadas por dezenas de doenças, que levaram à morte de milhares de indígenas no Brasil, desde o período colonial (LADEIRA, 1992). Isso significa que a metodologia dará acesso a códigos culturais que revelarão comportamentos de fluxo (tipo cíclico) ou comportamentos de manada (todos irão se contaminar de alguma maneira). Essa exposição a um perigo externo invisível, normalmente é potencialmente ampliada, perante situações de pânico já vividas em epidemias como a varíola, a catapora, o sarampo, que matou muito mais indígenas do que não indígenas no passado (GARNELO; SAMPAIO, 2005). Portanto, parte-se do pressuposto de que as populações indígenas, através de suas lutas e lideranças, têm o amplo conhecimento dos riscos da pandemia para as suas populações e exigem dos órgãos públicos respostas rápidas e rígidas para a proteção da saúde dos seus membros.

Outro instrumento importante do observatório é a avaliação da capacidade de mobilidade das populações migrantes, tais como os Guarani, método utilizado com sucesso em pesquisas anteriores (MENÊNDDES, 2009) é, de forma prática, observando a aplicabilidade e o resultado das ações públicas (GARLET, 1997). Sendo assim, metodologias participativas da Extensão Rural

Indígena (ATER Indígena) atentam para o todo significado da vida comunitária indígena, almejando evitar o avanço e propagação do novo coronavírus. É importante, assim, que as populações indígenas sediadas no município de Rio Grande percebam o resultado dessas ações de enfrentamento da pandemia.

Os boletins técnicos serão periódicos e terão por finalidade divulgar a situação do contingente social, sua mobilidade e medidas de prevenção adotadas nos assentamentos. Esse documento passará por uma triagem técnica e pertencerá aos indígenas que dele farão uso para reivindicar políticas públicas de enfrentamento em todas as esferas de poder governamental, órgãos gestores e fiscalizadores.

PANORAMA LOCAL E POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL

Adotado como medida de prevenção e controle da pandemia causada pelo novo coronavírus, o isolamento social apresenta desafios para as comunidades indígenas, em especial para as que estão inseridas em meio urbano e rural das cidades. Essa é a realidade das comunidades residentes em nosso município, que, provendo seu sustento financeiro através da venda de artesanatos, das visitas nas escolas e atividades nas aldeias, diante da proibição dessas atividades, têm sua segurança alimentar ameaçada.

Diante da situação de pandemia, a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para os Povos Indígenas e o Comitê Intersetorial de Políticas Indigenistas elaboraram o Plano de Prevenção ao Contágio por covid-19 nas aldeias, pensando suas atividades em dois eixos: 1) atividades de educação para a prevenção ao contágio; e 2) ações para garantia da segurança alimentar e nutricional.

As atividades de educação para prevenção ao contágio foram realizadas pela Secretaria de Município da Saúde, através de equipe multidisciplinar, formada por uma técnica em enfermagem e uma educadora social. Os indígenas receberam doação de álcool glicerinado e de máscaras faciais, com orientação de uso, higiene das mãos e embalagens.

Para garantir a segurança alimentar nas aldeias, a gestão municipal, através de ações da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para os Povos Indígenas, do Comitê Intersetorial de Políticas Indigenistas e da Rede Acolher arrecadou doações de gêneros alimentícios, produtos de higiene e limpeza. Esses materiais e a comida foram distribuídos nas três aldeias residentes e para duas famílias de estudantes indígenas da Universidade Federal do Rio Grande.

A situação de pandemia evidenciou a necessidade de dar atenção para uma parcela de estudantes indígenas da FURG, representada por aqueles que optaram por não residir na Casa do Estudante e se deslocam para residir na cidade, com a família. Diante da situação atual, os membros da família, que estavam no mercado de trabalho e, por conta da crise econômica, perderam o meio de sustento e ingressaram numa situação de vulnerabilidade.

De acordo com o último censo da Secretaria Especial de Saúde Indígena/Ministério da Saúde, a cidade do Rio Grande tem noventa e cinco indígenas, distribuídos em três aldeias de duas etnias (dados atualizados em janeiro de 2020). Porém, é importante salientar que, desde o início do estado de pandemia, decretado pela OMS, e as medidas de isolamento social, adotadas a partir de março de 2020, a população indígena, residente em Rio Grande, sofreu considerável modificação, visto que foram observadas saídas e entradas de contingente social nas três comunidades.

A comunidade da Tekoá YyRembé (Guarani Mbyá, Palma) sofreu êxodo de 50% da população, que se deslocou para a Argentina. Já a comunidade da Tekoá Pará Rokê (Guarani Mbyá, Domingos Petrolina) está em fase de construção da Opy (casa de reza). Portanto, transitam bastante entre aldeias, a fim de coletar materiais específicos, traslado de lideranças espirituais e anciãos, que são fundamentais nesse processo. Também receberam famílias para residência e sua população aumentou cerca de 30%.

A comunidade da Aldeia Goj Tanh (Kaingang, Cassino) recebeu famílias vindas da TI Guarita-RS, no início do mês de maio. O aumento da população representa 90%. A comunidade apresentou uma situação de sus-

peita de contágio, negatizada, de acordo com os laudos do LACEM-RS. A aldeia esteve em quarentena (diferente de distanciamento social, do dia 2 até 15 de maio).

PANORAMA DE ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL EM SAÚDE: SERVIÇOS DISPONÍVEIS

Trabalhando as políticas públicas de saúde, voltadas para as populações indígenas, desde 2013, o serviço municipal de saúde conta com três Unidades Básicas de Saúde da Família. Estas são referenciadas para as populações indígenas, com profissionais capacitados para acolher a especificidade do atendimento e dar acompanhamento integral, através do Programa Municipal de Saúde Indígena, articulando à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) o atendimento às populações residentes no município.

As UBSFs são responsáveis pelo atendimento médico e de enfermagem, encaminhamentos de exames, saúde bucal, acompanhamento das famílias, vacinação e atendimentos domiciliares. Os indígenas têm acesso a todos os serviços oferecidos para a população em geral, principalmente ao atendimento aos casos suspeitos de covid-19 e à Vigilância em Saúde.

CONCLUSÃO

Com os dados disponíveis, foi possível observar a preocupação com casos suspeitos, que ficaram em resguardo e isolamento, mas que resultaram em testes negativos pelo laboratório central de análises de Porto Alegre. Apesar da alta mobilidade observada entre os indígenas, não houve relatos de sintomáticos entre as lideranças que foram questionadas a respeito. É importante salientar que, com a chegada do inverno, é necessário ampliar o distanciamento social e o isolamento da aldeia da população não indígena.

REFERÊNCIAS

AMIGO, Ignacio. **Para as comunidades indígenas do Brasil, a pandemia revive lembranças de pragas anteriores**. Disponível em: <<https://ds.saudeindigena.iciet.fiocruz.br/bitstream/bvs/2203/1/Amigo,%20Ign%C3%A1cio%20-%202020%20-%20Para%20as%20comunidades%20ind%C3%ADgenas%20do%20Brasil,%20a%20pandemi.pdf>>. Acesso em: 2020.

ATHIAS, Renato; MACHADO, Marina. A saúde indígena no processo de implantação dos distritos sanitários: temas críticos e propostas para um diálogo interdisciplinar. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 2, p. 425-431, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Nacional de Saúde. **Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**. Brasília: Ministério da Saúde; Fundação Nacional de Saúde, 2002.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

DECLARAÇÃO. **Declaração de Alma-Ata**. Conferência Internacional sobre Cuidados Primários de Saúde, Alma-Ata, URSS, 6-12 set. 1978. Disponível em: <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/saude/almaata.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

FERREIRA, Luciane Ouriques. **Entre discursos oficiais e vozes indígenas: a emergência dialógica das medicinas tradicionais indígenas no campo das políticas públicas**. Tese (doutorado em Antropologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010).

FLOSS, Mayara *et al.* A pandemia de covid-19 em territórios rurais e remotos: perspectiva de médicas e médicos de família e comunidade sobre a atenção primária à saúde. **Cad de Saúde Pública**, v. 36, p. e00108920, 2020.

GARLET, I. J. **Mobilidade Mbyá: história e significado**. Dissertação (Mestrado em Ibero-americana), Porto Alegre, PUC RS, 1997.

GARNELO, Luiza; SAMPAIO, Sully. Organizações indígenas e distritalização sanitária: os riscos de “fazer ver” e “fazer crer” em saúde. **Cad de Saúde Pública**, v. 21, n. 4, p. 1217-1223, Rio de Janeiro, 2005.

GUASU, Aty *et al.* **Carta emergencial dos Conselhos Guarani e Kaiowá frente à pandemia de Covid 19**. Disponível em: <<https://www.salsa-tipiti.org/wp-content/uploads/2020/05/CARTA-EMERGENCIAL-DOS-CONSELHOS-GUARANI-E-KAIOWA%CC%81-FRENTE-A-PANDEMIA-DO-COVID-19-2.pdf>>. Acesso em: 2020.

LADEIRA, M. I. **O caminhar sob a luz - O território Mbyá à beira do oceano**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). São Paulo, PUC-SP, 1992. 200p.

LANGDON, Esther Jean; GARNELO, Luiza (org.). **Saúde dos povos indígenas: reflexões sobre antropologia participativa**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia; Contracapa, 2004.

LANGDON, Esther Jean *et al.* A participação dos agentes indígenas de saúde nos serviços de atenção à saúde: a experiência em Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2637-2646, Rio de Janeiro, 2006.

LOECK, Robson Becker *et al.* Mbyá-Guarani e Kaingang Frente à Pandemia de Covid-19 na Região Sul do Rio Grande do Sul. **Tessituras: Revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 8, p. 48-56.

MENÉNDEZ, Eduardo. Modelo de atenção de padecimentos: exclusões ideológicas e articulações práticas. In: MENÉNDEZ, Eduardo. **Sujeitos, saberes e estruturas: uma introdução ao enfoque relacional no estudo da saúde coletiva**. São Paulo: Hucitec, 2009. p. 17-70.

MENESES-NAVARRO, Sergio *et al.* The challenges facing indigenous communities in Latin America as they confront the COVID-19 pandemic. **International Journal for Equity in Health**, v. 19, p. 1-3, 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Saúde mental e atenção psicossocial da Pandemia COVID-19. **Povos indígenas no contexto da COVID-19**. Rio de Janeiro: Fundação Osvaldo Cruz – FIOCRUZ, 2020.

OLHAR. Olhar Etnográfico. Relatório etnográfico parcial do projeto “Valorização e adequação dos sistemas de parto tradicionais das etnias indígenas do Acre e Sul do Amazonas”. **2º produto de consultoria Área de Intervenção Medicina Tradicional Indígena**, Subcomponente II - Ações Inovadoras em Saúde, Projeto Vigisus II/Funasa. Brasília: Olhar Etnográfico. 2006.

OMS. Organização Mundial da Saúde. **Estratégias da OMS sobre medicina tradicional 2002-2005**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

PONTES, Ana Lúcia *et al.* **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia covid-19: povos indígenas no contexto da covid-19**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2020. 17 p. Cartilha.

SAHLINS, Marshal. O pessimismo sentimental e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um objeto em via de extinção (parte 1). **Mana**, v. 3, n. 1, p. 41-73, Rio de Janeiro, 1997.

SANTOS, Ricardo; COIMBRA JR, Carlos E.A. (org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994.

VERDUM, Ricardo; ARAUJO, André (org.). **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: o desafio da interculturalidade**. Brasília, DF: NEAD/SAF, 2010.

WIIK, Flávio Braune. Contato, epidemias e corpo como agentes de transformação: um estudo sobre Aids entre os índios Xokleng de Santa Catarina, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 2, p. 397-406, Rio de Janeiro, 2001.